

Cafeicultura e especialização produtiva nas pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território

Guilherme Guiari Silva Correia⁵
Mariana Romanzini Freire⁶

Introdução

As dinâmicas da (re)produção humana e espacial sob a égide do capitalismo nunca foram tão únicas quanto nas últimas décadas de nossa história. A globalização econômica, seguida por uma mundialização cultural e tecnológica, continuam alterando o cotidiano das pessoas hodiernas tanto quanto os atuais modos de produção e de (re)produção espacial. Da mesma forma, e resultado e resultante desse processo, os avanços dos meios comunicação e de transportes propiciados pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1988, 1996, apud. ELIAS, 2005) transformaram as relações de interdependência das cidades e dinamizaram a divisão social e territorial do trabalho. As metrópoles e as grandes cidades são, comumente, vistas como a paisagem onde essas novas relações humanas se apresentam de forma mais explícita e é inegável que esses espaços são o lugar ideal para enxergarmos essa problemática. Por esse motivo, por muito, a ciência geográfica valorou a análise desses grandes centros urbanos buscando entender as relações humanas nesses espaços amplamente capitalizados.

Essa questão está intimamente relacionada com as tendências de investimentos e de capital, principalmente no século XX, propiciadas pelas relações econômicas pré estabelecidas pela continuidade histórica da nossa realidade produtiva. Neste período, tanto no Brasil, quanto no mundo houve a primeira tendência em concentrar as principais atividades econômicas em alguns únicos centros urbanos causando uma concentração de bens, serviços e pessoas, o que depois veio a ser conhecido como metropolização e, consequentemente, deixando enormes vazios demográficos por boa parte do território nacional. No Brasil, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, houve uma intensa aglomeração a estas áreas visto que os principais focos de atividades econômicas concentravam-se ali, atraindo migrantes de diversas regiões do país. (ELIAS & PEQUENO, 2005, p. 17).

⁵ Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas-MG

⁶ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-MG

No entanto, a inserção brasileira na ordem econômica mundial alterou não só as relações mercadológicas, mas, inclusive, dinamizou o território nacional através de uma intensa urbanização. Essa inclusão do Brasil na economia mundializada influenciou fortemente na organização do território nacional e nas suas dinâmicas demográficas, o que, por resultado, causou um acelerado processo de urbanização e de crescimento populacional. A ampliação e os avanços nos transportes e nas comunicações, uma nova divisão social e territorial do trabalho, adjuntos ao grande índice de migrações são alguns resultantes desse processo. (SANTOS, 1988, p. 90).

Foi na temporalidade do meio técnico-científico-informacional que a urbanização brasileira reverteu seus antigos padrões, contrastando a paisagem daquela existente antes do citado sistema temporal. A globalização econômica e suas consequências tecnológicas de avanço dos meios de comunicação e transporte possibilitaram o que Santos (1988c, 1990b, 1993, 1994) apud. Elias (2005) denominou de *involução metropolitana*, redistribuindo a população brasileira por vários “pontos e manchas” pelo país aliado à descentralização da indústria e da capitalização do campo produtor. A partir da década de 1970, duas variáveis dinamizaram, ao mesmo tempo, o espaço geográfico nacional. Por um lado, houve a manutenção e o constante aumento do tamanho e da importância das metrópoles nacionais. Conquanto, por outro, devido a essa redistribuição espacial da população brasileira, ocorre o surgimento de várias cidades médias e pequenas, auxiliadas pela nova divisão social e territorial do trabalho e sustentadas pelo meio técnico-científico-informacional. Assim sendo, como aponta Elias e Pequeno (2005, p. 14), em 50 anos o Brasil passa por uma verdadeira inversão distributiva da população nacional.

No período de cinquenta anos, ocorre uma verdadeira inversão da distribuição da população no Brasil. Utilizando dados do IBGE para o período no qual se processa uma verdadeira inversão da urbanização brasileira, teríamos que em 1940, somente 31% da população viviam em áreas urbanas, índice que atingiu os 77%, em 1991. Entre 1940 e 1980, o crescimento da população brasileira é extraordinário, em especial nas cidades. Enquanto a população total aumentou cerca de 200% (77,7 milhões de habitantes), a população urbana cresceu mais de 525% (67,6 milhões de habitantes), ou seja, enquanto a população total triplicou num período de quarenta anos, a população urbana cresceu praticamente 6,5 vezes. Por sua vez, o número de municípios aumentou 153% no mesmo período, variando de 1.574 em 1940 para 3.987 em 1980. Esse número crescerá ainda mais após a promulgação da Constituição Federal de 1988, atingindo atualmente a mais de cinco mil municípios. (ELIAS & PEQUENO, 2005, p. 14)

Dessa forma, a urbanização brasileira deixa de ser apenas litorânea e concentrada unicamente nas suas principais cidades e passa a ocupar – cada vez mais – áreas periféricas

do território nacional o que por conseguinte desencadeou uma intensa gama de transformações espaciais e de cunho demográfico, econômico e social nas áreas mais longínquas do país adjunto à construção e manutenção das grandes cidades brasileiras. A rede urbana brasileira, torna-se, então, muito mais dinâmica e complexa. Há o surgimento de inúmeras cidades pequenas, cada qual com suas especificidades visto o fator dispersor desse momento histórico. Ainda assim, há o caráter concentrador que ainda atrai um contingente significativo de pessoas para as metrópoles (ELIAS & PEQUENO, 2007, p. 28), o que corrobora com a complexidade da “nova” rede urbana brasileira.

Outros fatores que solidificaram esse dinamismo do espaço brasileiro, segundo Elias e Pequeno (2005, p. 15), foram a reestruturação produtiva da indústria e da agropecuária, esse último mostrando-se tão importante quanto o primeiro na reprodução do espaço, inclusive capaz de reestruturar toda uma gama de cidades e, além disso, originar pequenos centros urbanos devido às suas dinâmicas produtivas e espaciais. Ademais, a expansão dos serviços e do comércio, as novas localidades das indústrias devido à luta dos lugares pelos investimentos de produção, o aumento da qualidade do trabalho intelectual e a expansão das indústrias de base tecnológica aliada às novas formas de consumo, movimentos migratórios, entre outras variáveis, foram primordiais para o resultado dessa ampla rede urbana brasileira particularmente diversa.

Então, o Brasil chega ao século XXI com um território altamente diverso, extremamente mais complexo do que foi outrora, àquele anterior ao período técnico-científico-informacional. Essa questão refuta o pensar de um Brasil urbano e de outro rural. Esse aspecto, como denota Elias e Pequeno (2007, p. 28-29) revela uma necessidade de revisar uma série de conceitos para que consigamos considerar a complexidade da realidade totalizante do espaço atual. Aqui desperto, como outros autores já o fizeram, a necessidade de pensarmos esses pequenos centros urbanos para além do insuficiente discurso demográfico, o que limita a amplitude da análise e prejudica o entendimento do espaço geográfico atual e a dinâmica da realidade concreta já que as hodiernas relações globalizadas alteram o espaço e os interconectam através de uma complexa relação em rede ditadas, principalmente, pelos interesses do capital.

Corrêa (2011, p. 10), ao estudar as pequenas cidades e suas dinâmicas, aponta que as consequências dessa ordem econômica globalizada a esses centros deram-se de duas formas. De um lado aumentou-se a possibilidade de comunicação desses pequenos centros com outros maiores: cidades regionais, nacionais e até globais. Entretanto, essa mesma dinâmica

causou a perda de importância de diversas pequenas cidades que estavam na confluência de rotas comerciais, antes utilizadas dado a precariedade das vias de transporte brasileiro, principalmente antes da década de 1970. O mesmo autor, em 2004, já se preocupava e discutia as pequenas cidades, tentando exercer algumas tipologias e conceituações a esses pequenos centros. Segundo ele, existiriam então, os “Prósperos lugares centrais”, que são cidades nas quais distribuem “produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola” (CORRÊA, 2004, p. 75-76). Os “Pequenos centros especializados”, que seriam aqueles onde a modernização da agropecuária “esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente” (idem, 2004, p. 75-76). Os “Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho”. “No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais”, resultando “em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. (...)” (idem, 2004, p. 75-76). E por fim os “Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas”, onde o processo migratório desequilibrou a estrutura etária e a proporção dos sexos. Nesse pequeno centro a renda da cidade é em grande parte advinda de emigrantes que enviam parte da renda para os familiares remanescentes, ou mesmo vinda de aposentadorias de trabalhadores agrícolas (idem, 2004, p. 75-76).

Há ainda, segundo Corrêa (2011), os subúrbios-dormitório. Estes, segundo o autor, estão há uma distância de médios centros urbanos ou de cidades maiores que possibilitam as migrações pendulares. Ademais, a relação dessas cidades com o campo dá-se, normalmente, de duas formas, ou porque atraem excedentes rurais, ou pela “instalação e especulação imobiliária de sítios de fim de semana, normalmente de propriedade da população das cidades maiores circunvizinhas”. (CORRÊA, 2011, p. 12).

Andrade e Alves (2021), corroboram com a preocupação em discutir essas pequenas cidades e suas especificidades e que é necessário tentar entender as características locais destes pequenos centros, sua função regional, sua área de influência e atividades econômicas, claro, entre outros aspectos, os interrelacionados, assim como considerando, adjunto à outros aspectos, o tamanho populacional e as questões demográficas. Em um exercício de tentar avançar nas discussões da conceituação das pequenas cidades, os mesmo autores pensam a cidade como um centro que não ultrapasse os 20 mil habitantes, que tenha forte

aderência ao mundo rural e as atividades agropecuárias, que sua mobilidade populacional deve ser fraca devido à falta de grandes centros ou de regiões metropolitanas, além de um baixo poder de atração industrial e tecnológico, que apresente uma baixa infraestrutura e seja dependente de maiores centros e ainda possuam aspectos simbólicos e culturais tradicionais no contexto populacional.

Os autores, exercitando também a conceituação desses centros urbanos elencam algumas tipologias de cidades pautando-se em suas particularidades produtivas e sociais. Para os autores, existem ainda as “cidades rurais de agricultura familiar” onde ainda “há uma organização sociocultural e produtiva que perdura, em partes, até os dias atuais, com a formação de bairros rurais com peculiaridades típicas das sociedades “caipiras” (ANDRADE E ALVES, 2021, p. 77)”. As “cidades rurais de agricultura comercial e do agronegócio”, que são aquelas “que atendem as demandas de grandes unidades industriais de capitais externos” (idem, 2021), as “pequenas cidades com importantes atividades industriais”, “as pequenas cidades turísticas de estâncias hidrominerais”, há também “cidades pequenas com desenvolvimento turístico atrelado aos recursos naturais” e por fim as “pequenas cidades dormitório”, – que assemelham-se à conceituação de subúrbios-dormitório de Corrêa (2011) – que seriam aquelas cidades em processo de decadência econômica, com alto índice de migrações pendulares que deslocam-se para trabalhar ou estudar nas cidades médias circunvizinhas (idem, 2021).

O que nos parece praticamente unânime é pensar a análise espacial dessas pequenas cidades com sua inter-relação dialética entre urbano e rural. Comumente, é presente na paisagem desses centros urbanos ruralidades que se misturam à urbanidade hodierna. Analogamente, o campo, tende-se a cada vez mais se mecanizar, industrializar e tecnificar reforçando que rural e urbano não se contradizem, mas, ao contrário, se legitimam como espaço de continuidade das relações humanas exercidas espacialmente. Desse modo, o pensar as pequenas cidades é pensar em sua relação direta e dialética com a agropecuária e se isso faz-se verdade, na cidade pequena essa relação é mais explícita. Nessa perspectiva de raciocínio, Denise Elias vem discutindo desde a década de 1990 o conceito de “cidades do agronegócio”, uma complementação etimológica ao conceito de “cidades do campo” de Milton Santos. Para Santos (1988, p. 99):

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado a necessidade de encontrar no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes

restrito às cidades, que eram "depósitos" para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira. (SANTOS, 1988, p. 99).

A mundialização econômica, obviamente, não ocorreu apenas na cidade mas também no campo produtor, criando a possibilidade de aparição do que conhecemos hoje como o agronegócio brasileiro. Hoje, e corroborando com Santos (1988), a produção agropecuária não se faz mais exclusivamente no campo, mas também na cidade – principalmente nas pequenas e médias – que, muitas vezes, especializa-se em detrimento da manutenção dos interesses do capital do agronegócio, alterando a paisagem, forma e função desses centros urbanos. Torna-se necessária, para o fluxo mercadológico da agropecuária mundializada, a instalação de fluxos e fixos nessas cidades, seja para o transporte, comunicação, suporte técnico, pesquisas, relações mercadológicas e financeiras, entre inúmeros outros exemplos. Assim sendo, as cidades do agronegócio podem ser vistas como aquelas que são capazes de saciar imediatamente essas necessidades. Segundo, Elias (2022) esses centros são “espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de commodities agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias.” (p. 1009).

Elias (2022, p. 1009), aponta que as cidades do agronegócio são forma, função, processo e estrutura da (re)produção do capital do agronegócio e que constituem-se como “pontos e nós fundamentais na rede de relações econômicas, sociais, políticas, territoriais e de logística do agronegócio” (idem, p. 1009). São elos entre os mais diversos circuitos espaciais de produção e de cooperação da produção agropecuária e agroindustrial. Dessa forma, as escalas locais e regionais, devido principalmente ao caráter exportador e empresarial agrícola desse modo de produção, possuem forte relação com as escalas nacionais e globais de forma anamórfica e dinâmica, corroborando como a produção agrícola globalizada espacializa-se na relação dialética entre o local e o global, evidenciando mudanças significativas nas relações entre campo e cidade (idem, 2022, p. 1009).

A hegemonia dessas funções voltadas à manutenção do agronegócio são uma característica dessas cidades, principalmente nas pequenas, visto que nessas localidades os atores hegemônicos do agronegócio têm o poder de demandar profundamente especializações econômicas e espaciais (ELIAS, 2022, p. 1009). Conquanto, em uma relação desigual e excludente, quanto mais a cidade especializa-se em favor da produção agropecuária – ou de qualquer exclusividade de setor produtivo – e quanto mais os setores industriais, de

comércio e de serviços estiverem ligados aos interesses do agronegócio, maior será sua vulnerabilidade social e econômica (ELIAS, 2022, p. 1010).

Devido a dinâmica da realidade concreta – e acompanhando essa especificidade – as cidades do agronegócio apresentam diferenças devido à suas particularidades espaciais, algumas configurando-se como centralidades regionais e outras como pequenos centros urbanos, conquanto, “todas constituem-se como pontos ou nós da rede de relações do agronegócio globalizado e, dessa maneira, como imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento” (ELIAS, 2022, p. 1010). Ademais, em todas elas são observáveis uma grande quantidade e variedade de bens e serviços que suprem as demandas do agronegócio, desde prestação de serviços, bens e lojas agrícolas, até mesmo bancos exclusivos para o crédito rural (ELIAS, 2022). “Da mesma forma, considerando que a difusão do agronegócio globalizado se dá de forma social e espacialmente excludentes” (ELIAS & PEQUENO, 2007, p. 26-27) quanto mais se capitaliza, ou melhor, intensifica-se o capitalismo no campo produtor, maior e mais complexa será a relação entre o campo e a cidade e mais se acirram as desigualdades sociais, a luta pela terra e os obstáculos à soberania alimentar.

De maneira geral, o número de serviços e comércios associados às demandas do agronegócio é bastante numeroso e diverso. Há estabelecimentos de comercialização de insumos e fertilizantes; de colheitadeiras e tratores de última geração; de sementes transgênicas; de equipamentos para sistemas de irrigação etc. Além do número de estabelecimentos, também merece destaque a quantidade de pessoas dedicadas a tais atividades. Quanto maior o nível de especialização produtiva da região na qual a respectiva cidade do agronegócio está inserida, maior será o percentual de ocupados nos segmentos ligados ao agronegócio em relação ao total de ocupados do terciário e nos estabelecimentos industriais da cidade. (ELIAS, 2022, p. 1011).

Refletindo sobre a particularidade única e dinâmica da urbanização brasileira e nas especificidades das pequenas cidades, intentamos nessa pesquisa, analisar os pequenos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas. A região ficou conhecida pela grande influência cafeeira e do agronegócio exportador, que segundo Alves e Lindner (2020), é a maior produtora de café do tipo arábica do Brasil, representando mais de 30% da produção nacional. A estrutura fundiária da região também se diferencia no que concerne ao grande número de propriedades familiares incluídas na cadeia agroindustrial. A geomorfologia local, com grandes rugosidades, morros, morrotes e relevos acidentados também mudam as dinâmicas produtivas ao impedir a mecanização de todo o campo produtor de café, demandando uma grande quantidade de migrações sazonais, principalmente em época de colheita. Ademais, mesmo com todas as dificuldades de mecanização no campo, outra *commodity* vêm territorializando-se na região, a soja. Por fim, todas essas variáveis encontram-

se especializadas em pequenos, em sua grande maioria – e médios centros urbanos distanciados por centenas de quilômetros de grandes cidades. Essas questões valoram a importância de se pensar, estudar e refletir a região e seus padrões produtivos e de mudanças na paisagem urbana em detrimento da influência do capital do agronegócio.

Metodologia

A pesquisa valorizou uma vertente bibliográfica e o levantamento e produção de dados secundários. Em um primeiro momento, realizamos uma breve explanação sobre a urbanização brasileira e como a dinâmica do meio técnico-científico-informacional possibilitou a criação de uma gama complexa de pequenos centros urbanos espalhados por todo o território nacional, assim como fez-se importante – e necessária – a discussão acerca de alguns conceitos de cidades pequenas que vêm, ao longo do tempo, sendo debatidos na academia.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa fizemos um levantamento da produção agrícola das pequenas cidades da região imediata de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020 e, utilizando os dados produzidos, elaboramos gráficos e mapas visando demonstrar como o café vem territorializando-se no território agrícola da região em contrapartida da produção de alimentos essenciais, necessários para a segurança alimentar da população. Da mesma forma, o interesse do capital do agronegócio demanda que algumas cidades se especializem para atender as demandas urgentes dessa produção agrícola mundializada. Assim sendo, utilizando dados empíricos e a ferramenta *online Google Maps*, levantamos os fixos – serviços, lojas, comércios, etc – voltados para os interesses do agronegócio em algumas cidades que demonstraram maior territorialização da produção cafeeira, ou, em casos específicos, aquelas em que o interesse do capital do agronegócio não faz-se tão presente para buscarmos a reflexão de como a realidade socioespacial da continuidade das relações humanas no rural-urbano é dinamizada pelos interesses do capital.

O Sul de Minas Gerais e a RGI de Alfenas

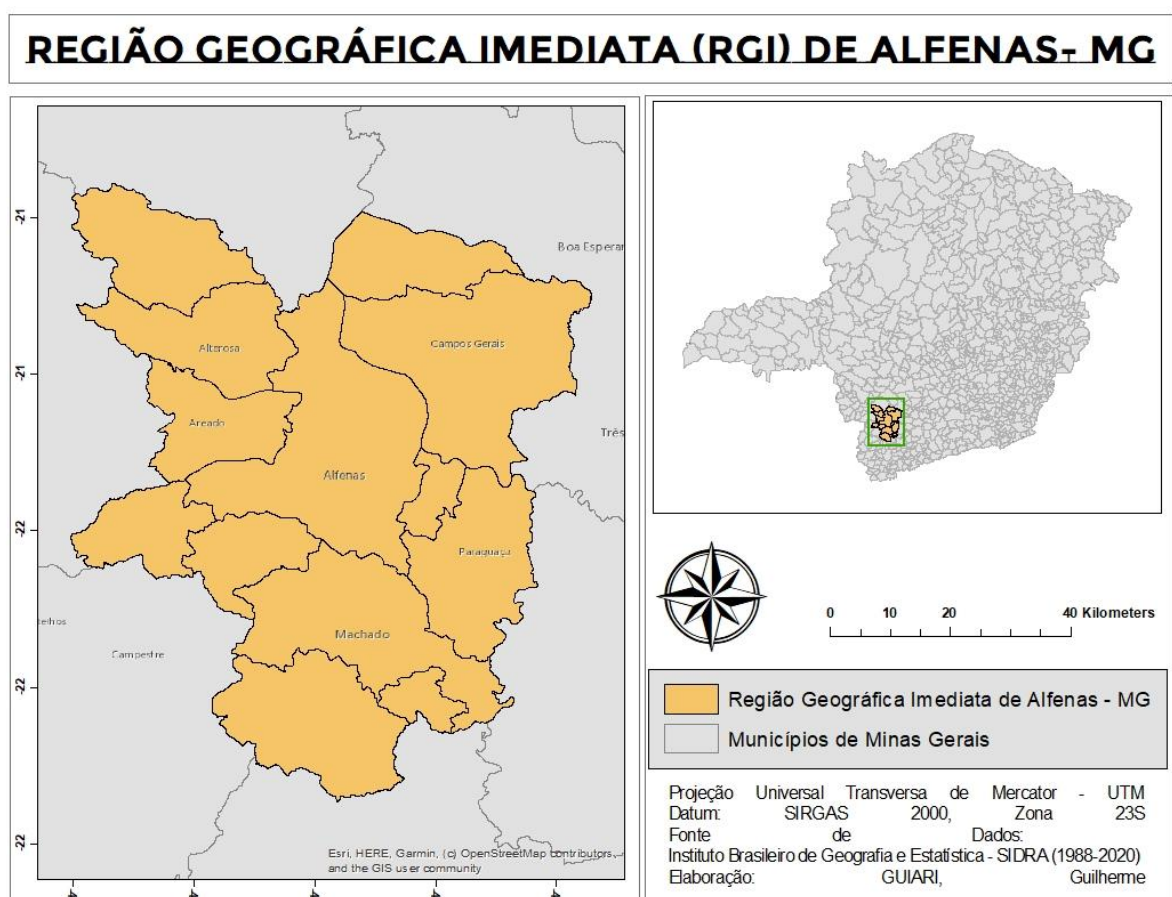
Como apontado, tanto a RGI de Alfenas, quanto sua escala regional maior, o Sul de Minas Gerais, tem por característica a ausência de grandes cidades e de metrópoles em seu entorno. As três maiores cidades levando em consideração seus aspectos demográficos do sul de Minas Gerais são Poços de Caldas, que até o último censo realizado pelo IBGE

contava com uma população de 152.435 pessoas; Pouso Alegre, com um contingente populacional de 130.615 pessoas; e Varginha com um total de 123.081 habitantes (IBGE, 2010).

A produção agropecuária é uma importante atividade econômica para a região, principalmente a produção cafeeira, dessa forma são comuns as agroindústrias na paisagem do território agrícola e urbano no Sul de Minas, assim como na RGI de Alfenas. Da mesma forma, os fixos, serviços e comércios voltados à manutenção da produção agrícola também são de fácil identificação dentro da malha urbana dos municípios como bancos de créditos rurais, lojas de maquinário e equipamentos agrícolas, universidades e centros de pesquisa e cooperativas.

Essa realidade sul mineira demanda uma relação contraditória no que concerne à colaboração e competição entre os produtores e cooperativas. Buscando sua inserção no mercado, o agricultor familiar e o médio produtor cada vez mais são obrigados, direta ou indiretamente, ou a migrar, ou a incluir-se nesta relação contraditória trocando a produção de alimentos considerados essenciais para o ser humano – e para o mercado nacional interno – pela monocultura de café e mais recentemente a de soja, encarecendo os alimentos nos mercados locais, que demandam importação de outras localidades produtoras e fragilizando a sustentabilidade econômica, social e ambiental desses atores sociais.

A espacialização deste trabalho pautou-se no recorte espacial da RGI de Alfenas com destaque para os pequenos centros urbanos, porquanto torna-se necessário elucidar os municípios que são parte dessa região. A Região Geográfica Imediata de Alfenas é composta por 13 municípios (mapa 1) sendo eles: Alfenas, Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania.



Mapa 1 - Localização Geográfica da RGI de Alfenas - Minas Gerais, Brasil.

Fonte: Os autores.

Há a predominância, em termos demográficos, de pequenas cidades que em sua maioria não ultrapassam os 20 mil habitantes. Dentre os 13 municípios, os únicos que possuem população superior a este número são Alfenas (73.774 habitantes), Machado (38.688, habitantes), Campos Gerais (27.600 habitantes) e Paraguaçu (20.245 habitantes) (IBGE, 2010) (tabela 1). Mesmo cientes da insuficiência em caracterizar e conceituar uma cidade como pequena apenas levando em consideração seu número populacional optamos nesta pesquisa, influenciados por Andrade e Alves (2021), a estudarmos aqueles com contingente de população inferior aos 20 mil habitantes. Isso dá-se, entre outros motivos, pelas fortes ruralidades encontradas nessas cidades e intentamos, também, observar se há perda de centralidade de algumas dessas cidades em detrimento dos maiores centros urbanos circunvizinhos muito inseridos na cadeia agroindustrial, pautando-nos nos conceitos de cidades dormitório (ANDRADE e ALVES, 2021) e subúrbios-dormitório (CORRÊA, 2011).

Tabela 1 - População dos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2010).

Município	População Urbana	Percentual Pop. Urbana (%)	População Rural	Percentual Pop. Rural (%)	População Total
Alfenas	69.176	93,77%	4.598	6,23%	73.774
Alterosa	10.002	72,92%	3.715	27,08%	13.717
Areado	11.525	83,93%	2.206	16,07%	13.731
Campo do Meio	10.059	87,65%	1.417	12,35%	11.476
Campos Gerais	19.176	69,41%	8.444	30,59%	27.600
Carvalhópolis	2.459	73,60%	882	26,40%	3.341
Conceição da Aparecida	6.199	63,13%	3.621	36,84%	9.820
Divisa Nova	4.659	80,84%	1.104	19,16%	5.763
Fama	1.515	64,47%	835	35,53%	2.350
Machado	32.068	82,89%	6.620	17,11%	38.688
Paraguaçu	16.679	82,39%	3.566	17,61%	20.245
Poço Fundo	9.281	58,16%	6.678	41,84%	15.959
Serrania	6.576	87,19%	966	12,81%	7.542
TOTAL	199.374	81,70%	44.652	18,30%	244.006

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Resultados e discussão

Para a análise rural e urbana das pequenas cidades da região, utilizamos duas principais variáveis em nossa análise. A área, em hectares, destinada ao plantio dos diversos tipos de produção agrícola dos municípios incluindo – e principalmente – as commodities: café e soja; e os alimentos que consideramos, aqui, como essenciais para a saúde humana e de consumo diário: arroz, feijão, batata, mandioca, etc. No que condiz às mudanças espaciais observadas na paisagem urbana, optamos por utilizar os fixos, serviços e lojas que são responsáveis pelas respostas imediatas aos interesses do capital do agronegócio: cooperativas, lojas de insumo, maquinário e produtos agrícolas, armazéns e beneficiamento, etc. Intentamos, com essas variáveis, observar a influência do agronegócio nesses pequenos municípios e como este modo de produção influencia na importância econômica e regional dessas cidades na RGI de Alfenas.

Foi possível observar que ao longo dos 33 anos analisados houve uma queda considerável no cultivo de alimentos de consumo diário e essenciais para a segurança alimentar. 9.672 hectares foram utilizados para a plantação desses alimentos no ano de 1988, alcançando o ápice de área para esse cultivo no ano de 1994 com 15.142 ha. Entretanto, a

partir de 1995 o cultivo desses alimentos foi perdendo, continuamente, área no território agrícola da região, chegando a 2.981 ha no ano de 2020 (gráfico 1).

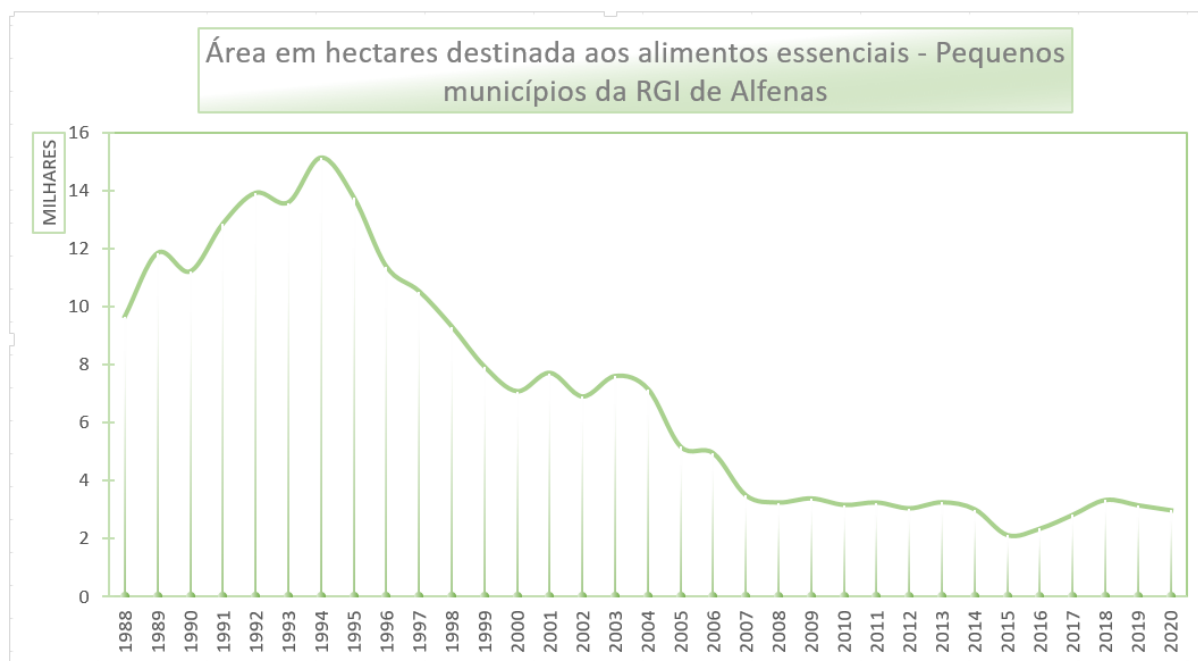


Gráfico 1: Área destinada ao cultivo de alimentos essenciais nas pequenas cidades da RGI de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

De forma antagônica, a produção de café nos mesmos municípios apresenta um padrão similarmente contrário ao primeiro caso. O cultivo da commodity que apresentava 25.820 hectares em 1988 e vinha em decréscimo até o ano de 1994, apresenta a partir de 1995 um aumento considerável e contínuo nos hectares cultivados, chegando em 2020 com 33.684 ha destinados à sua plantação (gráfico 2). Obviamente, essa relação contrária, porém consequente e dialética entre as duas variáveis dá-se pelo fato das primeiras culturas estarem perdendo e cedendo espaço para o plantio de café. Conquanto, torna-se uma reflexão válida e interessante pensarmos na temporalidade dessas mudanças de produção. É justamente no ano de 1995 que se inicia na região essa substituição de alguns cultivos em detrimento da expansão cafeeira, ano esse que temporaliza a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Seria necessária uma análise específica e mais concreta dessa relação para afirmar qualquer posição, porém, essa coincidência – ou não – levanta a hipótese de que esses agricultores familiares buscando a fuga da fragilidade econômica, social e visando a permanência na terra assim como pela competição mercadológica, utilizaram esse financiamento para inserirem-se na cadeira agroindustrial de

produção de café. Esse paliativo como forma de manutenção econômica e social, torna-se tão cruel quanto a própria expulsão desses agricultores da terra visto a falta de capital desses pequenos produtores, necessário para a produção dessa commodity que demanda tecnologias e grandes investimentos. Dessa forma, ficam, muitas vezes, reféns de financiamentos pagos pela própria produção, o que os deixa frágeis à qualquer variabilidade mercadológica e/ou climática.

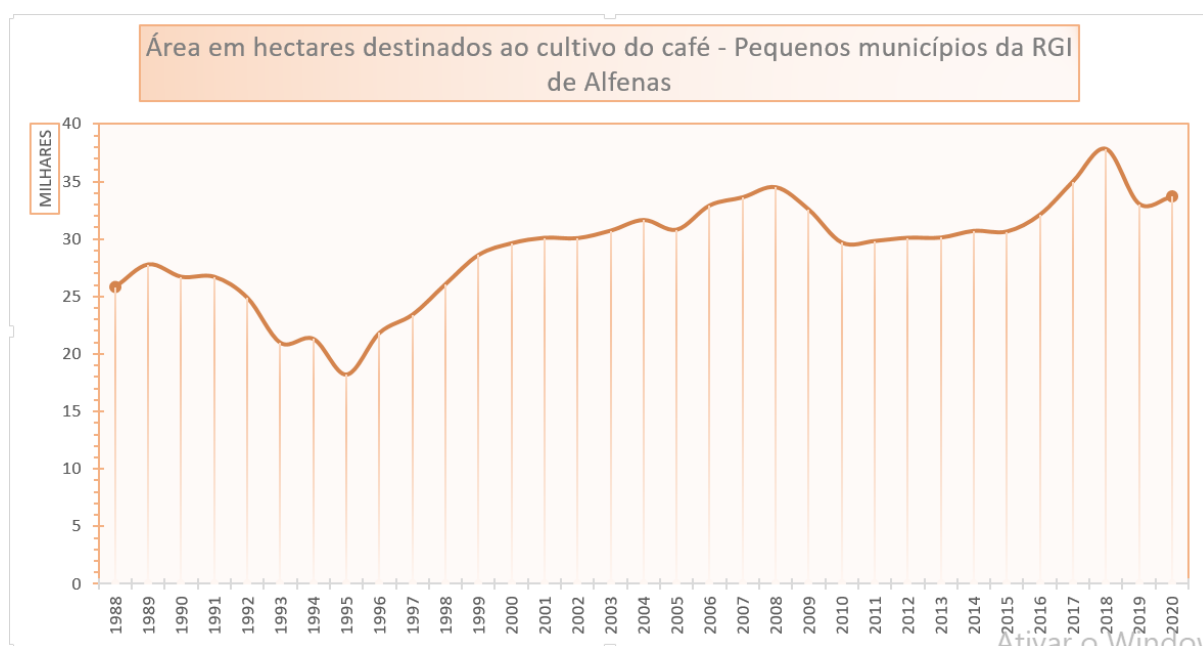
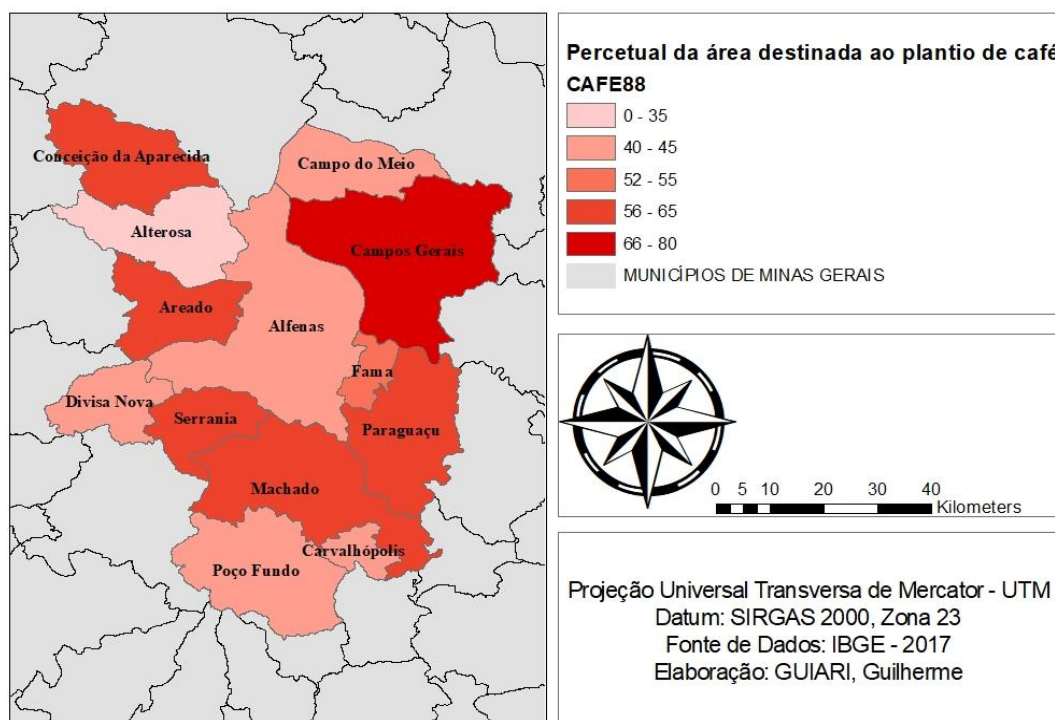


Gráfico 2: Área destinada ao cultivo de café nas pequenas cidades da RGI de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

De forma a espacializar essa territorialização do café e melhor indicar os interesses do capital do agronegócio nesses pequenos centros optamos por utilizar o percentual de área destinado ao café de cada município. Essa variável foi utilizada pois, durante as três décadas analisadas houve uma alteração dinâmica da área total plantada, englobando os diversos alimentos e produtos agrícolas. Caso utilizássemos apenas os números totais a análise tornaria-se tendenciosa visto que há casos onde a área total diminuiu e o café aumentou, o que representa uma maior monopolização do território pela commodity. Da mesma forma, o contrário também faz-se sinônimo. No ano de 1988, dentre os municípios analisados, aqueles que apresentavam maior percentual de área destinada ao café eram: Serrania (63,2%); Conceição da Aparecida (58,8%); Areado (55,6%); Fama (52,3 %) (mapa 2).

Área plantada de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas - 1988

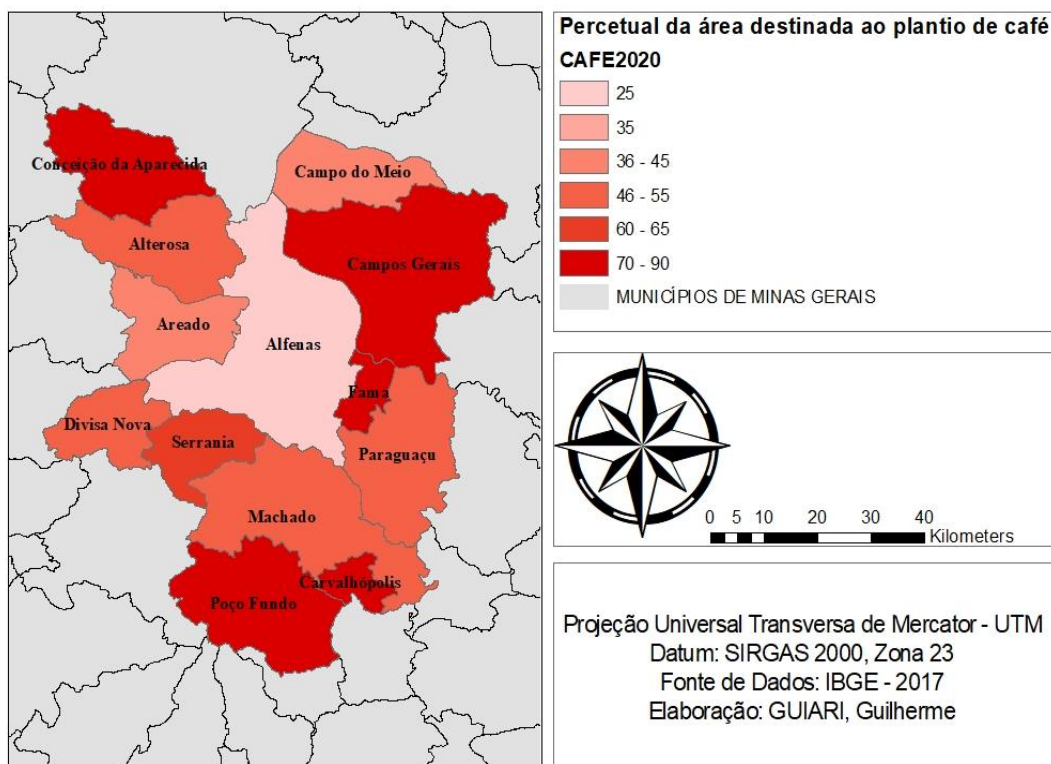


Mapa 2: Percentual de área destinada ao cultivo de café nas pequenas cidades da RGI de Alfenas - 1988.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

No ano de 2020 é possível observar um aumento significativo na maioria dos municípios estudados, com ressalvas a Areado e algumas das maiores cidades da RGI: Alfenas, Machado e Paraguaçu – que, no momento, não fazem parte da análise. Dentre aqueles que apresentam maior percentual de área para a cultura do café, destacamos: Carvalhópolis (82,9%); Conceição da Aparecida (74,5%); Fama (70,3%); Poço Fundo (84,5%) (mapa 3).

Área plantada de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas - 2020



Mapa 3: Percentual de área destinada ao cultivo de café nas pequenas cidades da RGI de Alfenas - 2020.
Fonte: IBGE (1988 - 2020).

Cabe ressaltar que o único município que teve um decréscimo considerável na plantação de café, dentre os analisados, foi o de Areado. Areado, segundo o último censo, tem uma população aproximada de 13.731 habitantes. Destes, 2.206 (16%) são residentes rurais (IBGE, 2010). Aproximadamente, 55% da área total destinada à plantação, no ano de 1988, era utilizada para o plantio do café. Já no ano de 2020 esse percentual caiu para, aproximadamente, 35% (gráfico 3):

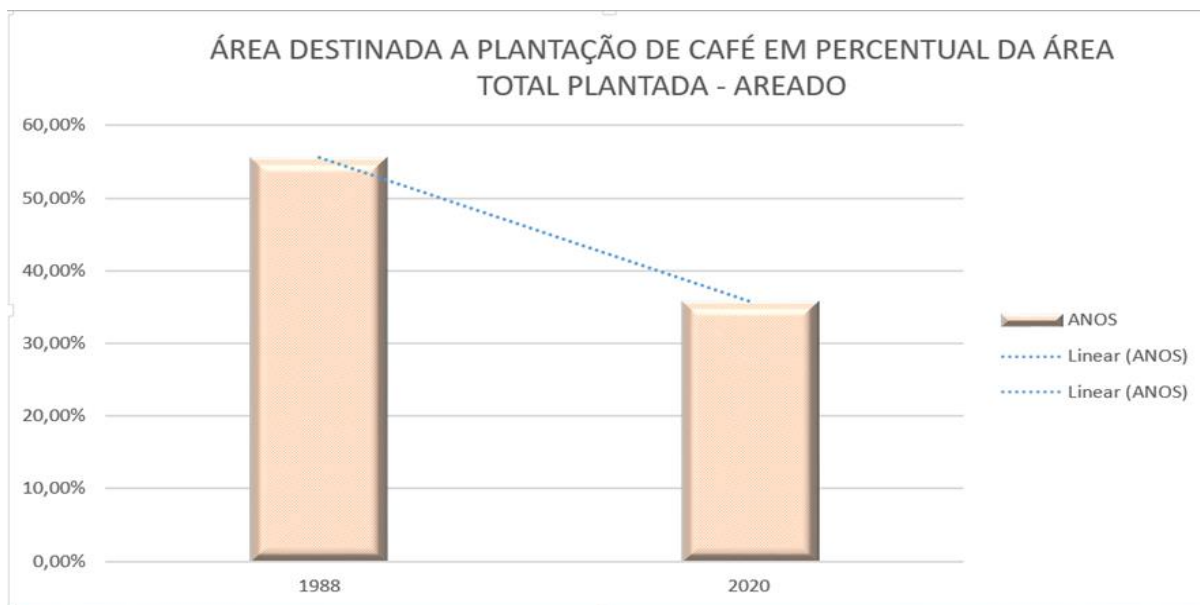


Gráfico 5: Área percentual de cultivo de café no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020)

Fonte: IBGE (1988 - 2020)

No caso de Areado seria primordial um estudo de caso para entender os interesses do capital envolvidos nas relações socioeconômicas do município. Entretanto, há próximo à malha urbana do pequeno centro – aproximadamente 12 km – a usina açucareira Monte Alegre, pertencente ao território político-administrativo do município de Monte Belo. Essa usina, dada a demanda pela cana de açúcar como matéria prima, utiliza boa parte do território agrícola circunvizinho para o cultivo da cana de açúcar, fator que pode auxiliar na reflexão dessa diminuição dos interesses cafeeiros no município de Areado. Essa afirmação é corroborada quando analisamos os dados das áreas plantadas em seu território agrícola. Houve um aumento significativo na produção de cana de açúcar. Em 1988, aproximadamente 13% da área de cultivo era destinada a essa matéria prima passando para aproximadamente 22% em 2020 (gráfico 4).

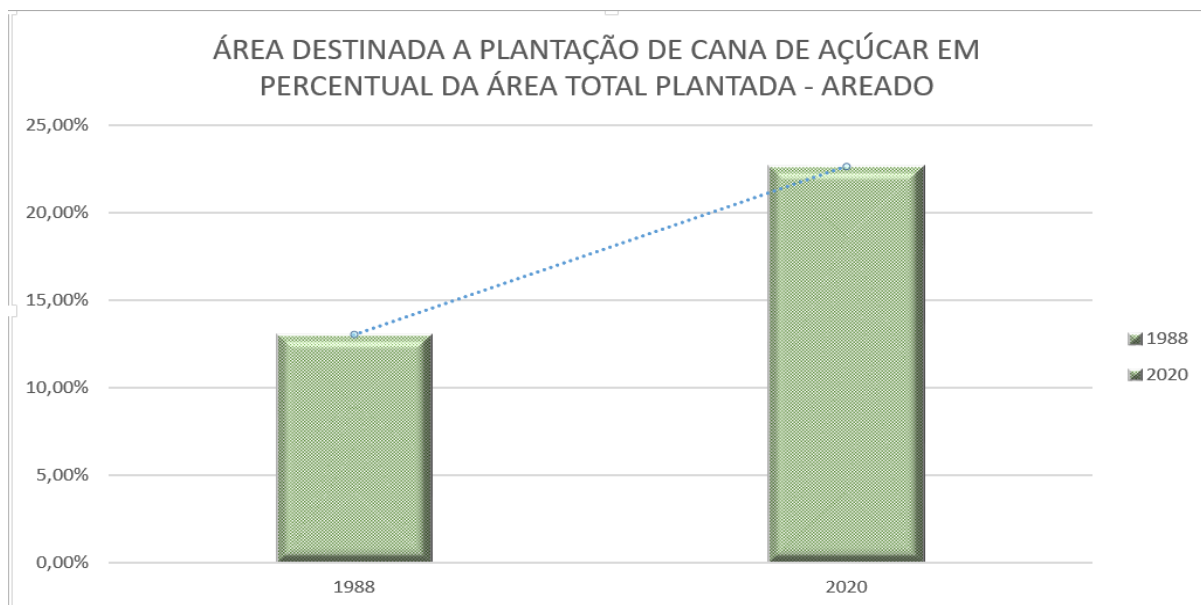


Gráfico 4: Área destinada ao cultivo de cana no município de Areado - 1988 e 2020.
Fonte: IBGE (1988 - 2020)

Outra *commodity* que merece destaque na reflexão é a soja. Durante 26 anos essa herbácea não ultrapassou 500 hectares de área plantada, somando os 9 municípios observados. Conquanto, a partir de 2014 houve um aumento substancial e contínuo na produção dessa oleaginosa chegando a 4.220 hectares em 2015 e 6.050 ha no ano de 2020 (gráfico 5). Novamente, a temporalidade dessa mudança na estrutura agrícola e produtiva instiga a reflexão. Coincidentemente, a produção desse grão apresentou esse grande aumento na época de uma considerável mudança política e ideológica no Estado brasileiro. Entretanto, faz-se necessário um estudo acerca das políticas públicas implantadas, órgãos envolvidos e propriedades responsáveis por sua produção para podermos pontuar qualquer questão. Até o ano de 2020, os maiores produtores de soja na região imediata de Alfenas eram aqueles com maior densidade populacional e com o setor terciário mais desenvolvido, em relação aos demais municípios presentes nesse recorte espacial (mapa 4).

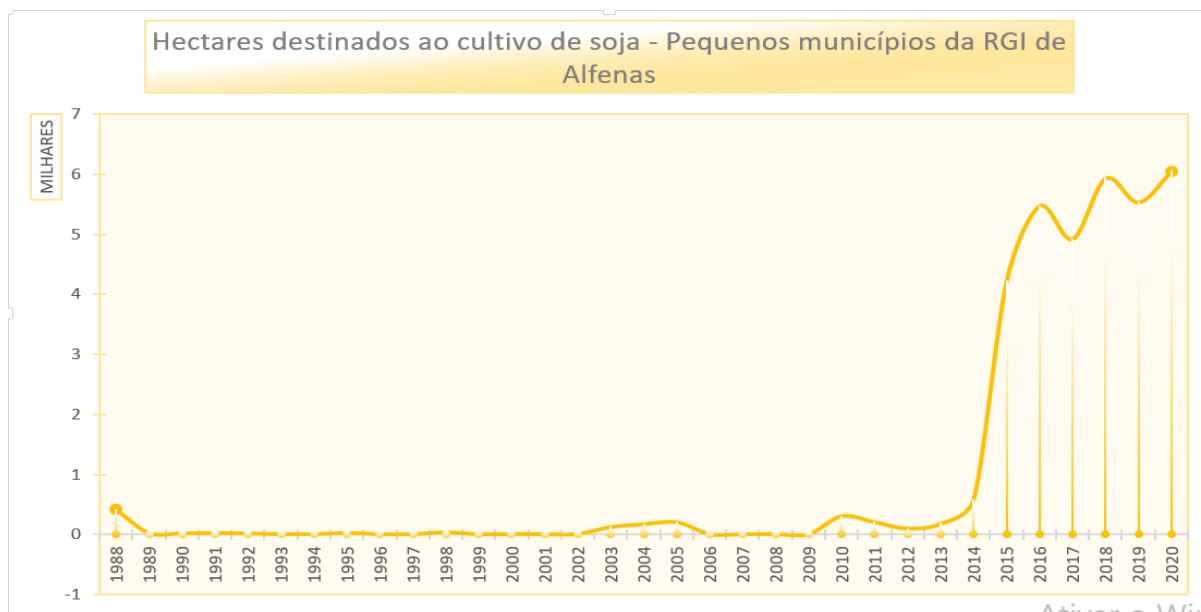
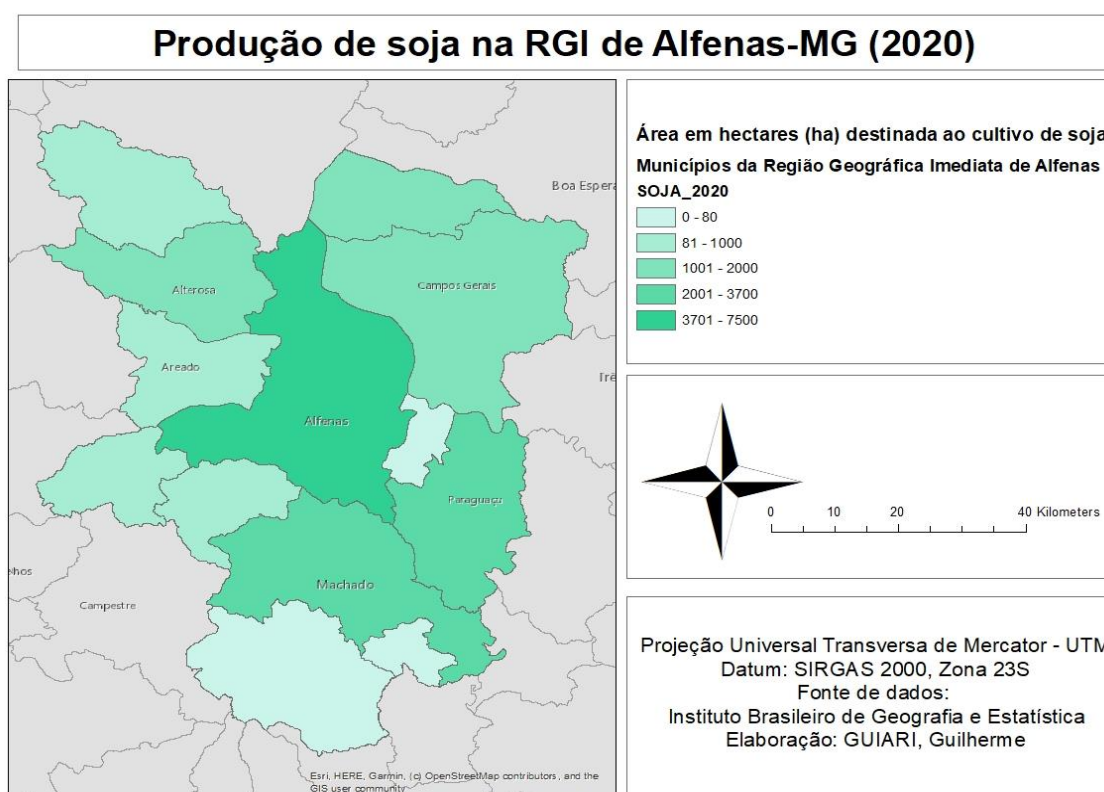


Gráfico 5: Área destinada ao cultivo de soja nas pequenas cidades da RGI de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).



Mapa 4: Área destinada ao cultivo de soja RGI de Alfenas – 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

Poço Fundo, um dos pequenos centros urbanos analisados, foi o único, dentre todos, que não apresentou um hectare sequer destinado à soja no ano de 2020. Ademais, durante

todos os anos analisados não apresentou área considerável a plantação dessa *commodity*. Dentre as diversas variáveis que provavelmente estão relacionadas a essa intenção do capital agroindustrial, adjunto a forte especialização cafeeira que o município apresenta hodiernamente, a geomorfologia local é bastante peculiar, com morros acentuados e bastante heterogeneidade de relevos, o que dificulta a mecanização do campo, dinamiza as relações de colheitas e torna-se, também, um obstáculo a manutenção da produção de soja, essa que demanda maquinários em sua produção.

As pequenas cidades – mais explicitamente – também tem suas dinâmicas socioespaciais alteradas em detrimento dessa hegemonia capitalista e exportadora do modo de produção. Nos centros urbanos da região há inúmeros fixos voltados para atender os interesses agropecuários imediatos da agricultura mundializada, entretanto, alguns desses serviços merecem destaque devido à capacidade de monopolização do território urbano⁷ dentre esses – e diversos outros alhures a esta pesquisa – pequenos centros urbanos. A COOXUPÉ é uma cooperativa exportadora de café que tem sua sede localizada no município de Guaxupé, a aproximadamente 99 km de Alfenas. Essa cooperativa é a maior do mundo no que condiz ao beneficiamento e exportação cafeeira possuindo mais de 14 mil cooperados sendo 95%, pequenos produtores que vivem da agricultura familiar. Ademais “a cooperativa recebe grãos de 200 municípios no sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo)”. (COOXUPÉ, 2019 apud. MELO & ALVES, 2020, p. 219).

No que diz respeito a esta instituição voltada ao lucro do capital do agronegócio, foi possível observá-la presente na malha urbana de quatro municípios da região, sendo Alfenas, Campos Gerais, Alterosa e Conceição da Aparecida. O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, voltada para serviços agropecuários e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, banco com grande interesse em créditos e financiamentos agrícolas foram fixos que apareceram em doze, dos treze municípios de toda a região imediata de Alfenas. A EMATER só não está territorializada na cidade de Conceição da Aparecida, enquanto o SICOOB não se faz presente na malha urbana de Campo do Meio. No que concerne ao segundo caso, este inserido intimamente ao capital do agronegócio, demonstra a capacidade da instituição de monopolizar o território sul mineiro revelando essa relação dialética entre agricultura e especialização das cidades em detrimento de suas necessidades.

⁷ Devido a centralidade das cidades do agronegócio e a monopolização de algumas empresas pelo território da região, pautamo-nos nesse momento da análise em todos as cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas

Dentre todos os treze municípios, aqueles que apresentam mais quantidade de bens e serviços para o atendimento das demandas do agronegócio são aqueles – coincidentemente ou resultado da primeira variável – aqueles com maior concentração demográfica e populacional, assim como aquelas que possuem um setor terciário mais desenvolvido em detrimento das outras. Porém, Poço Fundo, um município que até o último censo detinha uma população de 15.959 pessoas, sendo 9.281 habitantes urbanos e 6.678 moradores rurais (IBGE, 2010), apresentou uma quantidade considerável de fixos e serviços diretamente relacionados ao agronegócio que, aliadas a grande produção da *commodity*, apresenta características de uma cidade do agronegócio (quadro 1). A quantidade de armazéns de café, inclusive, ultrapassou o número presente em Alfenas, maior cidade da RGI.

Quadro 1: Fixos voltados ao capital do agronegócio presentes na paisagem urbana de Poço Fundo – 2022.

Poço Fundo	
Cooperativas	Serviços
COOPAMA	Aprocem
Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo	Torrefação e Moagem Poço Fundo
Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Rio Verde	Casa do produtor
Coocaminas	Agropecuária Mãe Rainha
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo	Agropecuária Poço Fundo
	Gota Fértil - Irrigação e Máquinas Agrícolas
Banco e crédito rural	Celeiro Agronegócios
Sicoob Credivar	AgroMinas
	Indústria de laticínios Poço Fundo
Armazéns	EMATER-MG
Armazém Coopfam	Terra Fértil
Cafeminas Armazém e Corretora de café	Terra Mãe Consultoria Ambiental e Agrônômica
Santa Helena Armazéns Gerais e Beneficiamento de Café	Comercial Agropecuária Treslaudino
Almeida Dias Armazéns	
Armazém Ferreira	
Damasco Armazéns Gerais	
Tavares & Tavares Armazéns Gerais	
Nannetti & Almeida Armazéns Gerais	

Fonte: Elaboração dos autores.

Há, inclusive, presente no município, uma cooperativa exclusiva de agricultores familiares responsáveis pela produção de café orgânico. Isso reforça a ideia de inserção dessa categoria social na agroindústria produtora de café, visto que, majoritariamente, essa produção é voltada para a exportação e incluída nos interesses do capital. Antagonicamente, o município de Fama, localizado a aproximadamente 14 km de Alfenas, centralidade local demonstrou uma singularidade contrária a maioria dos municípios analisados apresentando em sua paisagem apenas o SICOOB como fixo para os atendimentos das demandas agroindustriais. Até o censo de 2010, o município possuía uma população de 2.350 pessoas,

sendo 1.515 habitantes da cidade e 835 moradores rurais. Ademais, fica localizado às margens da represa de Furnas, o que atrai turistas, principalmente aos finais de semana. É visível na paisagem do município uma estagnação comercial durante a semana, o que, possivelmente pode ser explicado pela primeira variável e pela pequena distância da maior centralidade da região, a cidade de Alfenas, que – potencialmente – atrai um contingente populacional de famenses que buscam emprego na cidade maior. É notável também, uma grande quantidade de sítios de finais de semana, principalmente na beira da represa e boa parte sendo propriedade de pessoas das cidades circunvizinhas. É notável e necessário que faz-se indispensável uma análise mais contundente do município em si, englobando outras variáveis para pontuarmos quaisquer questões. Conquanto, Fama apresenta boa parte das características mencionadas por Corrêa (2011) e Andrade e Alves (2021), do que seria uma cidade ou subúrbio-dormitório.

Considerações Finais

As pequenas cidades, resultado da mundialização econômica e do meio técnico-científico-informacional são tão dinâmicas, quanto complexas em suas conceituações visto a amálgama de relações socioespaciais produtos dessa interconexão nas escalas locais, regionais, nacionais e globais. No Brasil, com seu vasto território político-administrativo, as pequenas cidades diferenciam-se de forma única pelas periferias do espaço brasileiro. As relações econômicas, sociais, espaciais, culturais e de área de influência desses municípios diferem-se sejam eles localizados na macrorregião norte ou sudeste, sul, nordeste ou centro-oeste. Dessa forma, faz-se necessário valorar os estudos locais para vislumbrarmos as especificidades e particularidades desses pequenos centros urbanos.

Intentando atender a essa proposta, o trabalho pautou-se na íntima relação urbano-rural presente nos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas e utilizando as variáveis de produção agrícola, buscou observar como o café vem monopolizando o território sul mineiro. Foi possível, então, corroborar com a hipótese que de, tanto o café, como outras *commodities*, vêm tomando o lugar da produção de alimentos que são primordiais para a segurança alimentar da população, principalmente daqueles atores sociais mais fragilizados. Essa dinâmica, além de ser um obstáculo à soberania alimentar, altera os fluxos espaciais, mercadológicos, sociais e culturais, tanto do campo como das cidades circunvizinhas a essa produção. A não produção de arroz, batata, mandioca, feijão, etc. demanda que esses alimentos sejam importados, aumentando o preço dos produtos para a

população local. Ademais, o modo de produção do agronegócio, além de fragilizar os atores sociais diretamente envolvidos, acarreta inúmeras fragilidades ambientais e econômicas, visto que as cidades especializadas para atender essa agricultura mundializada ficam à mercê de um único setor produtivo, o que a fragiliza visto qualquer imprevisto mercadológico.

Por fim, a pesquisa limitada e ciente de sua limitação, busca apenas contribuir para os estudos locais e regionais sobre as dinâmicas socioespaciais desses municípios, não encerrando o assunto, mas tentando inferir novas problemáticas para auxiliar em debates que problematizam as fragilidades dessa população e dessas cidades e talvez, na elaboração de novas políticas públicas e de desenvolvimento dessa região.

Referências Bibliográficas

ALVES, F. D., LINDNER, M. AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos** / Vanessa Manfio; Gilda Maria Cabral Benaduce (Organizadoras). – Rio de Janeiro: Libroe, 2021. 286 p.

CORRÊA, R.L. AS PEQUENAS CIDADES NA CONFLUÊNCIA DO URBANO E DO RURAL. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Espaço Urbano no Brasil Agrícola Moderno e Desigualdades Socioespaciais. **Terra Livre**, Goiânia. Ano 21, v. 2, n. 25. p. 13-33. Jul-Dez/2005.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 9, núm. 1, mayo, 2007, pp. 25-39.

ELIAS, Denise. CONSUMO PRODUTIVO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXVI - Vol. XXVI - (2): Janeiro/Dezembro – 2022.

MELO, R. V.; ALVES, F. D. MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA -MG. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Edição especial, p. 199-229, jul., 2020.

SANTOS, Milton, “Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente”. In: **Geosul**, ano 3, nº 5, 1988.